



Ministério da Educação

## ATA DE REUNIÃO

**Ata da 6ª Reunião Ordinária da Instância Permanente de Negociação e Cooperação Federativa entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios realizada em 08 de junho de 2022 (1ª Reunião Ordinária de 2022)**

**Reunião Virtual por meio da Plataforma Teams**

**Data: 08/06/2022 Horário: 09h30 às 12h30**

**Membros da Instância Permanente, de acordo com a Portaria MEC nº 401, de 03 de Junho de 2022:**

### **I - Representantes do Ministério da Educação:**

1. Ministro de Estado da Educação, **Victor Godoy Veiga**, Presidente do colegiado.
2. Pela Secretaria de Educação Básica (Seb): **Mauro Luiz Rabelo**, Secretário e Coordenador titular, e **Helber Ricardo Vieira**, Secretário Adjunto e Coordenador Suplente.
3. Pela Secretaria de Alfabetização (Sealf), **Carlos Francisco de Paula Nadalim**, Secretário, titular e **Daniel Prado Machado**, Assessor, suplente.
4. Pela Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (Semesp), **Karine Silva dos Santos**, Secretária de Modalidades Especializadas de Educação, titular, e **Fabricio Storani de Oliveira**, Diretor de Modalidades Especializadas de Educação e Tradições Culturais Brasileiras, suplente.
5. Pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), **Danilo Dupas Ribeiro**, Presidente do Inep, titular e **Luis Felipe de Miranda Grochocki**, Diretor de Estudos Educacionais, suplente.
6. Pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): **Marcelo Lopes da Ponte**, Presidente do FNDE, titular e **Gabriel Medeiros Vilar**, Diretor de Gestão e Articulação, suplente.

### **II – Representantes dos Estados e do Distrito Federal, das regiões político-administrativas do Brasil, indicados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação - Consed:**

1. Pela Presidência do Consed: **Vitor Amorim de Angelo**, Presidente, titular e **Nilce Rosa da Costa**, Diretora Institucional, suplente.
2. Pela Região Nordeste: **Getúlio Marques Ferreira**, Secretário de Estado da Educação do Rio Grande do Norte, titular e **Jerônimo Rodrigues Souza**, Secretário de Estado da Educação da Bahia, suplente.
3. Pela Região Sudeste: **Alexandre Valle Cardoso**, Secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro, titular e **Hidelcy Guimarães Veludo**, Assessora Técnica do Consed, suplente.
4. Pela Região Norte: **Leila Soares de Souza Perussolo**, Secretária de Estado de Educação de Roraima, titular e **Maria do Socorro Neri Medeiros de Souza**, Secretária de Estado da Educação do Acre, suplente.
5. Pela Região Centro-Oeste: **Maria Cecília Amendola da Motta**, Secretária de Estado da Educação de Mato Grosso do Sul, Titular e **Aparecida de Fátima Gavioli Soares Pereira**, Secretária de Estado da Educação de Goiás, suplente.
6. Pela Região Sul: **Renato Feder**, Secretário de Estado de Educação do Paraná, titular e **Luiz Fernando Vampiro**, Secretário de Estado de Educação de Santa Catarina, suplente.

### III - Representantes dos Municípios, das regiões político-administrativas do Brasil, indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime:

1. Pela Presidência da Undime, **Luís Miguel Martins Garcia**, Presidente da Undime, titular e **Marcelo Ferreira da Costa**, Vice-Presidente da Undime, suplente.
2. Pela Região Nordeste: **Aléssio Costa Lima**, Dirigente Municipal de Educação de Ibaretama/CE, titular e **Carlos Rubens de Araújo**, Dirigente Municipal de Educação de Dois Riachos/AL, suplente.
3. Pela Região Norte: **Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca**, Dirigente Municipal de Educação de Piraquê/TO, Titular e **João Libânio Cavalcante**, Dirigente Municipal de Educação de Maués/AM, suplente.
4. Pela Região Sudeste: **Osório Luís Figueiredo de Souza**, Dirigente Municipal de Educação de Cachoeira de Macacu/RJ, titular e **Maria Aparecida Bernardes**, Dirigente Municipal de Educação de Mairiporã/SP, suplente.
5. Pela Região Centro-Oeste: **Eduardo Ferreira da Silva**, Dirigente Municipal de Educação de Canarana/MT, Titular e **Leonardo Santa Cecília**, Dirigente Municipal de Catalão/GO, suplente.
6. Pela Região Sul: **Patrícia Lueders**, Dirigente Municipal de Educação de Blumenau/SC, titular e **Maristela Ferrari Guasseli**, Dirigente Municipal de Educação de Novo Hamburgo/RS, Suplente.

### Equipe técnica da Coordenação-Geral de Projetos e Gestão da Informação (CGINF/GAB/SEB – Secretaria Executiva da Instância Permanente:

1. Isabel Cristina Silva Chagas – Coordenadora-Geral de Projetos e Gestão da Informação
2. Luciana da Silva Castro – Coordenadora

3. Andrea Araújo Pereira
4. Danielly Souza da Silva
5. Leda Mércia Lopes
6. Mauro Lúcio de Barros

### Síntese da Reunião

A 6ª Reunião Ordinária da Instância Permanente de Negociação e Cooperação entre a União, os Estados, O Distrito Federal e os Municípios foi iniciada pelo Secretário Adjunto de Educação Básica do MEC e Coordenador suplente do colegiado, Helber Ricardo Vieira, com a chamada dos membros presentes para conferir o quórum e a representação das instituições.

**Estiveram presentes os seguintes membros:** Helber Ricardo Vieira (Secretário Adjunto de Educação Básica - SEB), Daniel Prado Machado (SEALF), Karine Silva dos Santos (SEMESP), Fabrício Storani de Oliveira (SEMESP), Danilo Dupas Ribeiro (INEP), Getúlio Marques Ferreira (CONSED Nordeste), Maria Cecília Amêndola da Motta (CONSED Centro-Oeste), Aparecida de Fátima Gavioli (CONSED Centro-Oeste), Luis Miguel Garcia Martins (UNDIME - Presidência), Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca (UNDIME Norte), Eduardo Ferreira da Silva (UNDIME Centro-Oeste) e Maristela Ferrari Guasseli (UNDIME Sul).

Além dos membros titulares e suplente acima listados, a reunião contou com a participação de convidados e outros participantes, nos termos do art. 11 da Portaria MEC nº 1.716, de 3 de outubro de 2019: Aberson Carvalho (Secretário de Educação do Acre), Alexsander Moreira (Coordenador-Geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional/SEB), Álvaro José de Andrade Carneiro (Coordenador-Geral de Tecnologia e Inovação da Educação Básica/SEB), Antônio Correia Neto (FNDE), Bruno Eduardo Nascimento Costa (Assessor de Comunicação do CONSED), Clara Machado Alarcão (INEP), Eliane Alves Bernardi (SEDUC/Paraná), Fábio de Barros Correia Gomes Filho (Diretor de Políticas de Alfabetização/SEALF), Fabíola de Fátima Barroso (SEDUC/Paraná), Gustavo Lopes de Souza (Diretor de Gestão de Fundos/FNDE), Kelsen Tonelo (SEDUC/Paraná), Marialba da Glória Garcia Carneiro (Gerente de Projeto/DECIM/SEB), Rosana Cipriano Jacinto da Silva (Coordenadora-Geral de Currículo, Metodologia, Material Didático e Tecnologias Assistivas (SEMESP), Ulisses Anacleto Pereira (FNDE), Vinícius Mendonça Neiva (SEDUC/Paraná), Vivian Katherine Fuhr Melcop (Secretária Executiva da UNDIME) e Weberson de Oliveira Morais (SEDUC/Goiás).

Verificada a existência do quórum, o Secretário adjunto e Coordenador suplente, Helber Vieira, apresentou os pontos de pauta para a reunião:

1. Informes gerais - franqueado informes a todas as instituições representadas;
2. Programa Primeira Infância na Escola – DPD/SEB/MEC
3. Sistema Alerta Preventivo (SAP) – DPD/SEB/MEC
4. Política Nacional de Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica – SEB/MEC
5. Complementação da União em relação ao pagamento do piso salarial nacional do magistério da educação básica pública – SEB/MEC

6. Resultados da diminuição da violência, do abandono e da evasão escolar nas escolas cívico-militares – DECIM/SEB/MEC
7. Condicionalidades da complementação do VAAR – Lei nº 14.113/2020, na perspectiva do PAR – DARE/SEB/MEC
8. Atualização da implementação dos Programas "Tempo de aprender" e "Conta pra mim", Painel de controle do Programa "Tempo de aprender", Ampliação do "Tempo de aprender" considerando a recuperação das aprendizagens, Ações intersetoriais do "Conta pra mim" e Indicadores de fluência em leitura oral – SEALF/MEC
9. Atendimento Educacional Especializado, Formação continuada em educação especial, equipe multidisciplinar, profissional de apoio escolar, educandos do AEE invisibilizados no Censo Escolar e PDDE campo/PDDE água – SEMESP/MEC
10. ICMS Educação e repasse de recursos da Lei nº 14.172/21 (conectividade) - Undime
11. Encaminhamentos

Dando sequência, Helber convidou a equipe da Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Básica (DPD/SEB) para apresentar sobre os dois primeiros pontos de pauta. Todavia, foi informado que a Diretora da DPD estava em agenda no Conselho Nacional de Educação (CNE) e, portanto, não poderia participar.

Passou então a tratar do tema “**Política Nacional de Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica**”. Explicou o propósito da política, que decorre dos impactos da pandemia na educação básica brasileira, que levou ao fechamento das escolas no ano de 2020. Lembrou que esta política envolve as redes de educação básica, em regime de colaboração com o MEC, e ainda a SEALF e a SEMESP, destacando que a etapa da alfabetização foi a mais afetada pelos impactos da pandemia e ainda que alguns públicos específicos, como os indígenas e quilombolas, também foram bastante afetados. Seguindo, apresentou as diretrizes da política, destacando também algumas das principais ações, como a busca ativa escolar, a plataforma avaliações diagnósticas e formativas, que apoia a atuação dos gestores estaduais e municipais, a personalização das aprendizagens por meio diagnósticos precisos e de recursos pedagógicos e formação dos professores, para que possam lidar com as diferentes aprendizagens, e o fortalecimento e universalização da conectividade, para apoiar as redes na manutenção do engajamento dos estudantes. Abriu a palavra aos participantes que queiram perguntar sobre o tema.

Luis Miguel, Presidente da Undime, solicitou a palavra, mas estava com limitações de conectividade e problemas no áudio, de modo que não conseguiu, naquele momento, fazer a sua ponderação.

Na sequência, passou a palavra ao Coordenador-Geral de Apoio às Redes e Infraestrutura Educacional, Alexander Moreira, que apresentou slides alusivos às **condicionalidades da complementação do VAAR – Lei nº 14.113/2020, na perspectiva do Plano de Ações Articuladas (PAR)** e da Plataforma Mais PNE. Informou que duas das condicionalidades previstas pela Lei poderão ser informadas pelos entes federados por meio da plataforma do PAR 4 uma vez que estas informações já são coletadas deste o PAR 2. Aproveitou também para informar da assinatura do acordo de cooperação técnica com o Instituto Ruy Barbosa, Ministério Público Federal, FNDE e MEC, para acompanhar e apoiar os entes subnacionais no monitoramento dos seus planos. O arquivo com os slides apresentados por Alexander será disponibilizado aos participantes da reunião.

Helber agradeceu ao Alexander pela participação e lembrou da centralidade e do papel estratégico do PAR no planejamento das ações relacionadas ao regime de colaboração na educação.

Luis Miguel, agora com conectividade e áudio reestabelecidos, falou da importância de que o próximo passo no âmbito da Política Nacional de Recuperação das Aprendizagens, seja a organização de equipes para monitorar, acompanhar e incentivar, por meio de eventos regionais presenciais. Avaliou que eventos

online, amplamente utilizados, esgotaram a sua capacidade de mobilização, e por isso sugere a organização de eventos presenciais regionais. Defendeu um financiamento específico para a ação sugerida. Seguindo, questionou o uso político dos recursos do FNDE em detrimento do PAR.

Helber solicitou ao Alexander que falasse um pouco mais sobre o PAR e a Plataforma Mais PNE. Atendendo ao solicitado, o Coordenador-Geral reforçou o trabalho de monitoramento dos planos de educação subnacionais e o papel do PAR como instrumento de diagnóstico, planejamento de gestão bem como do fortalecimento do regime de colaboração. Agradeceu à Undime pelo apoio na implementação destas ações.

Antes do próximo ponto de pauta, Luis Miguel pediu novamente a palavra para lembrar a importância de uma iniciativa importante no PAR que foi a inclusão da energia solar, que torna possível ampliar a conectividade.

Seguindo com a reunião, Helber passou a tratar do tema relacionado à **complementação da União em relação ao pagamento do piso salarial nacional do magistério da educação básica pública**. Lembrou que será apenas um informe e que este tema não será objeto de qualquer deliberação nesta reunião.

Nessa linha, destacou a sinalização de valorização, dos 33% de aumento no piso, mas reconhece que isso colocou muita pressão nos municípios e nos estados. Ainda assim avalia que essa sinalização de valorização é muito importante para os profissionais da educação fazendo menção também à meta 17 do PNE. Relatou que, além dos estudos realizados pelo INEP sobre o piso, a SEB também está empreendendo estudos e levantando os insumos necessários, que permitirão construir uma proposta para definição dos critérios da complementação a ser feita pela União. Informou que esta discussão deverá ocorrer no âmbito da Comissão Intergovernamental para educação básica de qualidade.

Helber anunciou a presença da Secretária de Educação de Goiás, Aparecida de Fatima Gavioli, a quem passou a palavra. Fátima demonstrou preocupação com a provável aprovação da emenda constitucional relacionada ao ICMS dos combustíveis e que provocará uma perda de recursos para a educação. Avaliou que os vulneráveis perderão muito com essa medida que classificou como uma tragédia anunciada. Seguindo sua fala, passou a falar de um tema da educação especial, destacando a figura do profissional de apoio. Pediu ao MEC para chamar esta pessoa de “profissional de apoio escolar” e não “professor de apoio”, explicando que, se for chamado de “professor de apoio”, torna inviável manter a remuneração destes profissionais uma vez que, por conta da nomenclatura, passam a ter as prerrogativas da profissão docente.

Retomando a palavra, Helber manifestou a solidariedade do MEC em relação à preocupação com a perda de recursos da educação. Quanto ao tema do “profissional de apoio”, solicitou à equipe da SEMESP para ponderar sobre o tema. Antes, passou a palavra ao Presidente da Undime, Luis Miguel.

Luis Miguel manifestou concordância com a preocupação externada pela Fátima Gavioli em relação à perda de recursos para a educação decorrente da PEC do ICMS dos combustíveis, avaliando que é um golpe forte no financiamento da educação. Informou que Undime e Consed elaboraram uma nota conjunta registrando as previsões de perdas. Sobre a questão do piso salarial, ponderou que é importante analisar o contexto geral, quando temos a sinalização do aumento de 33% no piso e na sequência essa perda de recursos. Avaliou que isso bagunçou o orçamento dos entes federativos. Também concordou com Fátima em relação à questão da denominação do “profissional de apoio escolar”.

A palavra foi passada à Secretária da SEMESP, Karine Silva dos Santos, que manifestou concordância com a denominação “profissional de apoio escolar”.

Explicou que este profissional está pautado na lei brasileira de inclusão e que não possui atribuições pedagógicas, se restringindo às ações de locomoção, higiene e alimentação. Assim, os documentos e orientações do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação são convergentes com a denominação de “profissional de apoio escolar”, mas lembra que, algumas redes, considerando sua autonomia, tem contratado profissionais de nível superior para essa atribuição.

Helber passou a palavra a representante da Undime SUL, Maristela Guasseli, que também abordou a questão do “profissional de apoio escolar”, recomendando muito atenção aos estudantes com laudo, o que requer a utilização deste profissional, sugerindo deixar esta questão flexível para que cada

secretaria contrate os profissionais que possam atender as necessidades dos estudantes com deficiência de suas redes.

Vivian Ka, Secretária Executiva da Undime, fez referência à fala do Luis Miguel, e informou que a Undime tem dúvida sobre qual será o encaminhamento do MEC em relação à recomendação da CONJUR, que no começo deste ano respondeu à SEB sobre a regra de atualização do Piso, de que poderia permanecer a regra anterior para 2022, mas que para 2023 teria que ser uma nova regra por meio de um projeto de lei. Quis saber então como o MEC está articulando isso com o legislativo uma vez que estamos já no mês de junho.

Em resposta ao questionamento feito por Vivian, Helber explicou que ainda não há neste momento uma análise consolidada sobre esta questão, mas que a equipe técnica da área está se debruçando sobre o tema e oportunamente os parceiros serão comunicados. Passou a palavra ao Eduardo Ferreira, também da Undime.

Eduardo informou que se sentiu contemplado com a questão colocada pela Vivian pois iria abordar o tema também, pois ele faz parte da Comissão Intergovernamental. Mas aproveitou para solicitar que para na reunião do dia 23, seja informado com clareza de como será a movimentação financeira e a origem dos recursos. Em resposta Helber informou que na próxima reunião (da Comissão Intergovernamental) o assunto será o VAAR e que sobre esta questão dos recursos, será feita ainda uma prévia e apenas na outra reunião é que o tema será discutido.

Dando sequência à reunião, Helber convidou a Professora Marialba Garcia Carneiro, para tratar dos **resultados de redução da violência, do abandono e da evasão escolar no âmbito das escolas cívico-militares**. Marialba agradeceu a oportunidade, saudou os representantes da Undime e passou a compartilhar na tela slides mostrando os primeiros resultados da implementação das escolas cívico-militares, um programa que ainda é piloto e que atende 216 escolas em todas as regiões do país. Marialba explicou que não se trata de militarização da escola, mas sim de uma cultura militar e que os militares estão auxiliando as escolas para que as horas de trabalho letivo sejam mais efetivas. Destacou ainda que um dos principais critérios para escolha do território para implementação das ECIM foi a questão da alta vulnerabilidade social. O arquivo com os slides apresentados será enviado aos membros da Instância que participaram da reunião.

Helber agradeceu à Marialba pela apresentação e passou a palavra para o representante da SEALF, Daniel Prado Machado. Daniel fez referência à fala introdutória do Helber sobre os impactos da pandemia no contexto da educação básica, notadamente na etapa da alfabetização. Comentou sobre estudos realizados pelo Banco Mundial em 2018 sobre a perda de aprendizado mesmo antes da pandemia, em vários países do mundo e destacou que estes estudos foram considerados na elaboração da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Reiterou a fala do Helber de que a alfabetização é a etapa mais crítica na trajetória educacional das pessoas e ainda que esta etapa foi a mais afetada pela pandemia. Lembrou então das estratégias implementadas pela SEALF para responder a essa crise de aprendizado, no âmbito da PNA.

Por meio dos slides compartilhados na tela, passou a apresentar e comentar as principais atualizações nas ações e programas da pasta: Adesão do Brasil ao PIRLS e TIMSS, Programa Tempo de Aprender (cursos de formação continuada, materiais pedagógicos e de apoio, fóruns nacionais dos coordenadores, lançamento do sistema de gestão dos programas de alfabetização). Destacou ainda a participação da SEALF, junto com a SEB, do desenvolvimento de avaliações diagnósticas e formativas, apresentando os resultados dos dois ciclos já implementados.

Dando sequência, o representante da SEALF destacou uma iniciativa recente, em parceria com o Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) que é o desenvolvimento de uma ferramenta de avaliação de fluência em leitura, baseada em inteligência artificial. Em seguida, tratou do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) informando de um reforço no orçamento neste ano. Falou também da atualização do aplicativo GraphoGame, que é uma ferramenta de apoio à alfabetização e a publicação de edital para intercâmbio de professores alfabetizadores em Portugal. Na sequência da apresentação,

destacou as atualizações do programa “Conta pra Mim”, voltado à promoção da literacia familiar. Destacou o acordo de cooperação técnica, no âmbito do Programa Infância Feliz, para a entrega dos kits de literacia familiar.

Finalizando, informou da publicação do decreto que atualiza o Programa Brasil Alfabetizado, voltado à alfabetização de jovens e adultos. Lembrou que este programa foi interrompido em 2016 e que, após uma ampla análise, foi reformulado buscando a valorização do alfabetizador, a desoneração do ente federado, cursos e materiais baseados em evidências e a regionalização da implementação, priorizando territórios mais vulneráveis.

Helber retomou a palavra, agradeceu ao Daniel pela apresentação compartilhada e perguntou se os participantes têm alguma questão a ser colocada à SEALF. Não havendo perguntas, convidou a Secretária Karine Silva dos Santos e sua equipe para apresentar a pauta da SEMESP.

Karine agradeceu, apresentou a equipe técnica das três diretorias da SEMESP e anunciou o Diretor Fabrício Storani para apresentar as atualizações das principais políticas da pasta. Fabrício compartilhou na tela uma apresentação de slides abordando os seguintes temas: dados da inclusão/coertura de matrículas de estudantes da educação especial, dados do atendimento aos estudantes da educação especial durante a pandemia, profissional de apoio escolar (destacando que não há a necessidade de que seja um profissional com formação em nível superior para esta função), formação continuada de professores e atendimento educacional especializado. Ainda no tema da educação especial, abordou a temática da sala de recursos multifuncional e escola acessível, ambos apoiados por meio do PDDE. Chamou a atenção para o preenchimento correto do censo escolar uma vez que estas informações são estratégicas para a implementação adequada destas políticas.

Na sequência da apresentação, Fabrício apresentou dados atualizados acerca do PDDE água e PDDE campo. Informou da dificuldade de contato com escolas tendo em contatos desatualizados. Solicitou apoio da Undime e do Consed para realizar estes contatos. Em seguida destacou dados de infraestrutura nas escolas indígenas e quilombolas. Antes de concluir, mostrou dados de matrícula na educação do campo, solicitando atenção e apoio para melhorar os indicadores educacionais nesta modalidade. Concluiu a apresentação e passou a palavra à Coordenadora-Geral Rosana Cipriano, para complementar informações relacionadas à educação especial. Rosana destacou a importância da destinação de mais recursos para ampliação da cobertura do atendimento educacional especializado, da formação de professores e outras políticas da educação especial.

Helber agradeceu à equipe da SEMESP pela apresentação e abriu a palavra para perguntas sobre os temas apresentados.

Maristela Guasseli, representante da Undime Sul, parabenizou a equipe da SEMESP. No entanto avaliou que há falhas na comunicação, uma vez que muitos gestores não têm conhecimento adequado dos programas e dos recursos disponíveis. Destacou a importância de ampliar a formação de professores para atuar na educação especial. Reclamou da dificuldade de contato com o INEP e com FNDE e que os canais de atendimento existentes não são efetivos e isso trava o trabalho na ponta. Também reclamou da demora dos repasses dos recursos, pelo FNDE.

Em resposta às queixas de Maristela, Helber reiterou que as portas do Ministério da Educação para atender as demandas dos gestores. Explicou que o MEC é muito grande e pediu que posteriormente ela informe quais setores específicos em que há dificuldade de comunicação.

Getúlio Marques, representante do Consed Nordeste, concordou com as dificuldades apontadas por Maristela, mas contextualizou as dificuldades que as escolas também têm em contatar as secretarias de educação das redes. Manifestou preocupação com os recursos repassados e não utilizados para as salas de recursos multifuncionais e ainda com o fechamento de escolas do campo. Concordou com os posicionamentos de Fátima Gavioli e Luis Miguel sobre a perda de recursos para a educação em decorrência da PEC dos combustíveis. Questionou o MEC sobre os valores repassados por aluno para a alimentação escolar e para o transporte escolar, que avalia serem insuficientes.

Luis Miguel, Presidente da Undime, reconheceu a importância dos esforços em prol da formação continuada de professores, por meio das plataformas disponibilizadas, mas avalia que é preciso avançar. Referindo-se à fala da SEMESP ponderou que ela se coaduna com os problemas enfrentados na ponta, em fazer conexão, buscar as escolas e evitar o abandono por estes públicos relacionados às políticas da SEMESP. Colocou a Undime à disposição para apoiar a busca ativa das escolas que tem as pendências citadas pela SEMESP.

Karine Santos, Secretária da SEMESP, informou que a pasta está organizando a realização de seminários regionais para disseminar as informações e promover a capacitação dos gestores e profissionais que atuam na ponta. Esta iniciativa está prevista para o segundo semestre deste ano, informou Karine. Destacou ainda que está sendo implementada pela SEMESP uma iniciativa de monitoramento da aplicação dos recursos investidos na educação especial. Informou que há 13 milhões de restos a pagar (RAP) do ano de 2021, destinados as salas de recursos. Finalizando, informou que, será disponibilizado, no arquivo da apresentação feita pela SEMESP, os telefones diretos e e-mails das áreas finalísticas da SEMESP e o e-mail direto do gabinete, para facilitar o contato.

Helber Vieira anunciou então o último ponto de pauta, proposto pela Undime, relacionado ao ICMS Educação e ainda a questão do repasse de recursos da Lei nº 14.172/21 (conectividade).

Luis Miguel compartilhou um arquivo com slides que, após apresentar alguns dados gerais da educação básica, oriundos do censo escolar, destacou dados relacionados à tecnologia e à infraestrutura disponível nas escolas de ensino fundamental. A partir dos dados mostrados nos slides, manifestou preocupação com a baixa cobertura de recursos como internet nas escolas das redes municipais. Apresentou mapa de acessibilidade à internet banda larga por municípios, evidenciando a desvantagem das regiões norte e centro-oeste. Na sequência da apresentação, passou a tratar da **implementação da Lei 14.172/21 (conectividade)**, mostrando a participação da Undime na construção dos planos de ação e mostrando os estados que contemplaram e que não contemplaram as escolas municipais. Chamou a atenção para algumas vulnerabilidades do processo: falta de uma articulação nacional na discussão com os estados, ausência de critérios para incorporação das redes municipais, prazos estabelecidos para apresentação dos planos, prioridade para o ensino médio, organização da lista dos estudantes do CadÚnico e alterações no processo de enfrentamento à pandemia e de oferta das aulas presenciais.

Na sequência apresentou as sugestões da Undime durante o processo de tramitação: definição na forma de cálculo e repasse dos estados aos municípios, mudança nas prioridades, colocando os alunos do ensino fundamental com o mesmo peso do ensino médio, utilização de atas de registro de preço no âmbito estadual e/ou nacional, criação de segmento específico dentro do público alvo e alteração nos percentuais de investimento (custeio e capital) e dos objetos de maneira a contemplar o contexto atual, de retorno às aulas presenciais.

Seguindo com a apresentação, passou a tratar da Emenda Constitucional 108/2020, que trata da arrecadação e repartição do ICMS e que prevê a aprovação de leis estaduais até 26 de agosto de 2022. Mostrou slides mostrando os diferentes estágios de processo de implementação nos estados. Demonstrou preocupação com os estados onde a discussão sequer foi iniciada. Finalizou lembrando da importância de ter um ambiente para discutir uma estratégia nacional que possa atender essa demanda.

Novamente com a palavra, Helber agradeceu e parabenizou a Undime pelo levantamento feito. Sobre a questão da Lei 14.172, informou que o debate sobre essa lei foi sim feito no âmbito do MEC e que algumas posições do MEC se mostraram contrárias a alguns trechos da Lei que fragilizam o regime de colaboração. Outra posição do MEC se refere aos critérios de priorização, a partir da vulnerabilidade, seja em relação ao público-alvo bem como em relação ao ente, com indicação de que o município como o ente que mais precisa deste recurso.

Helber apresentou ainda uma discordância em relação à fala de Luis Miguel, no que se refere ao apontamento de ausência de uma coordenação nacional no debate acerca da Lei 14.172. Pediu ao Presidente da Undime uma reavaliação deste posicionamento em relação ao papel do MEC no processo de



tramitação e implementação desta Lei, uma vez que houve um enorme esforço de debater, em todas as etapas, por meio de reuniões estaduais e regionais, para propor mudança no escopo da lei, colocando o regime de colaboração como obrigatoriedade e não opção. Se o regime de colaboração não foi contemplado não foi por falta de esforço do MEC, concluiu.

Em atenção ao pedido do Helber, Luis Miguel explicou que o grande problema da Lei se deu na origem e que inclusive questionou uma parlamentar sobre isso e teve como resposta que era uma questão de celeridade do processo. Helber informou que o MEC pretende apoiar tecnicamente os entes para que haja uma adequada aplicação destes recursos.

Contribuindo ao debate, o Secretário de Educação do Rio Grande do Norte solicitou para apresentar alguns slides mostrando informações relacionadas à conectividade nas escolas da sua rede (Programa Nova Escola Potiguar), para exemplificar as dificuldades relacionadas ao tema em discussão. Getúlio questionou a falta de articulação e de integração entre os muitos programas federais endereçados às escolas, com programas estaduais e municipais.

Finda a apresentação de Getúlio, Helber anunciou a finalização da reunião, que se estendeu por quase uma hora a mais do tempo originalmente programado. Passou então à proposição dos encaminhamentos, conforme listado abaixo:

- a) A Ata desta reunião será publicada no site no Ministério da Educação;
- b) A SEB enviará, por e-mail, as apresentações realizadas nesta reunião, aos membros da Instância Permanente;
- c) Registro da necessidade de que seja programada uma reunião específica da SEB (ou se necessário, uma rodada de reuniões) com Undime e Consed para tratar do tema relacionado à Lei 14.172/2021 (Conectividade), abordando inclusive o ponto de alerta colocado pelo Getúlio quanto à importância de articulação e integração dos programas;
- d) Indicação de que haverá uma reunião técnica prévia, com Undime e Consed, sobre a complementação da União em relação ao pagamento do piso salarial nacional do magistério da educação básica pública, antecedendo a discussão deste ponto no âmbito da Comissão Intergovernamental.

Helber perguntou aos demais membros do colegiado presentes se haveria mais algum encaminhamento a propor. Não havendo manifestação quanto aos encaminhamentos, agradeceu a presença e participação de todos e encerrou a reunião.

Brasília, 08 de junho de 2022.

---

Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Ferreira da Silva, Usuário Externo**, em 30/06/2022, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Fabício Storani de Oliveira, Diretor(a)**, em 30/06/2022, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Karine Silva dos Santos, Secretário(a)**, em 30/06/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Prado Machado, Assessor(a)**, em 30/06/2022, às 19:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Francinete Ribeiro Ferreira Fonseca, Usuário Externo**, em 01/07/2022, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CECILIA AMENDOLA DA MOTTA, Usuário Externo**, em 01/07/2022, às 10:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Miguel Martins Garcia, Usuário Externo**, em 01/07/2022, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Maristela Ferrari Ruy Guasselli, Usuário Externo**, em 01/07/2022, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **DANILO DUPAS RIBEIRO, Usuário Externo**, em 01/07/2022, às 18:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

Documento assinado eletronicamente por **APARECIDA DE FATIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Usuário Externo**, em 04/07/2022, às 08:49, conforme horário



oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Helber Ricardo Vieira, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/07/2022, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3409661** e o código CRC **FD743709**.